

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE

-----Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, pelas dez horas, realizou-se no auditório dos Paços do Município, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

2 – ORDEM DO DIA -----

a) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro; -----

b) Alteração ao Regulamento Municipal para a Concessão de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior; -----

c) Proposta de Aplicação da Taxa Municipal de Direito de Passagem; -----

d) Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis; -----

e) Lançamento da Derrama sobre o Lucro Tributável; -----

f) Atualização das Taxas Municipais de acordo com a taxa de inflação verificada nos últimos 12 meses; -----

g) Aprovação da participação variável no IRS; -----

h) Deliberações ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; -----

i) Aprovação da Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Transporte de Passageiros. -----

3 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO -----

4 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Aberta a Sessão, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou os presentes, passando de imediato à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado as seguintes presenças: Carlos Manuel Andrade Costa, Rui Manuel Nunes Paulo Viçoso, António José Elvas da Rocha, Manuel Gonçalves dos Santos, José Aurélio Marques Veiga, Luís Miguel Ginja da Fonseca, Nélcio Alexandre Ferreira Sequeira, Fernando Carlos da Costa Melo, Tiago Rafael Pratas Andrade, Cristina Maria Campos Guerra, Rui Pedro Bernardo Santos, Artur Francisco Almeida de Oliveira, Porfírio Simões Paraiso, Nuno Jorge Porfírio Marques, João Carlos Paulo Nunes Felício da Costa, Delfim Pereira Rodrigues, António Júlio Rebelo Oliveira, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, António Gonçalves Gomes, Daniel Alexandre Sousa Andrade, Luís Filipe Rodrigues dos Reis, Maria João Castanheira Albuquerque, José Joaquim dos Santos Nunes, Vítor Hugo Cardoso Dias, Augusto António Morais de Carvalho e António Pires Fonseca. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia questionou os membros da assembleia sobre a existência de alguma proposta de alteração à ata da sessão ordinária de vinte e oito de junho; não havendo propostas, foi a mesma colocada à votação tendo sido aprovada por maioria. -----

----- Feita a leitura do expediente, passou-se ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

----- Interveio o membro da assembleia Rui Viçoso, questionando o Sr. Presidente da Assembleia Municipal sobre a previsão da entrada em vigor do novo normativo relativo à competência que passou do ICNF para a Câmara Municipal, atendendo a que o responsável por essa área foi substituído e a que as suas perguntas raramente obtêm resposta. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia sugeriu ao membro da assembleia Rui Viçoso que colocasse as suas questões por escrito para, posteriormente, serem reencaminhadas para o Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Seguiu-se o membro da assembleia José Aurélio que se congratulou com a colocação do placar à entrada da vila, junto ao cemitério, o que significa que em termos ecológicos estamos no bom caminho. No entanto, ao ler a palavra do Sr. Presidente da Câmara constatou que houve um reforço de investimento para festividades e, nessa medida, gostaria de falar de outros investimentos, nomeadamente a colocação de LED'S em todo o concelho; para o efeito, seria necessário afetar todos os meses uma pequena receita, mas, em termos futuros, a poupança seria significativa. -----

----- De seguida referiu que ficou indignado ao ler a Palavra do Sr. Presidente da Câmara porque reflete o que tem sido a atividade desta Câmara Municipal, solicitando, por escrito, um relatório dos custos com os eventos, nomeadamente com a Festa da Nossa Senhora da Graça, cuja entrada foi gratuita; ao que sabe e, relativamente ao Festival que se realizou no rio, foi necessário alugar um autocarro para efetuar o transporte das pessoas para a vila e, nessa medida, questionou se a Câmara Municipal não tem autocarros para o efeito. Em complemento e a concluir referiu que já é altura de o Sr. Presidente da Câmara começar a pensar em reduzir os custos políticos, solicitando, também, por escrito, um relatório com as despesas de quem está afeto à área política. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao membro da assembleia José Aurélio que colocasse todas as questões por escrito, de forma a dar seguimento às mesmas. -----

----- Relativamente à intervenção do membro da assembleia Rui Viçoso, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios está em vigor até trinta de março de dois mil e vinte, estando a Associação de Municípios da Cova da Beira a trabalhar juntamente com os Municípios que a agregam, no sentido de elaborar um documento até à referida data, não havendo, por isso, qualquer atraso. Ainda relativamente a esta questão informou que, de acordo com um parecer da CCDRC, terão de rever o processo de PDM que havia sido aprovado em dois mil e dezasseis e as novas orientações vão no sentido de diminuir a área de construção nos concelhos do interior do país, para além do custo financeiro que acarretará para a Câmara Municipal. -----

----- Relativamente à intervenção do membro da assembleia José Aurélio referiu que está ao corrente do que se passa no concelho e não se envergonha das suas ações no decorrer dos últimos seis anos. No entanto, como fornense lastima os vinte e sete milhões de euros que a Câmara terá de pagar. Quanto ao Festival da Biodiversidade, esclareceu que o transporte das pessoas foi efetuado com autocarros da Câmara Municipal e o custo inerente a esse evento é participado em oitenta e cinco por cento. Em

relação à questão dos LED'S informou que já há algumas áreas com essa iluminação e, uma vez que há um contrato de concessão com a EDP até dois mil e vinte e um, é também de todo o interesse para a empresa, munir todo o concelho com esse tipo de lâmpadas. -----

----- Relativamente aos custos políticos, disponibilizou-se para facultar os dados solicitados, sugerindo que estabeleçam uma comparação entre esta Câmara e outras da mesma dimensão no distrito da Guarda, relativamente a essa questão. -----

----- O membro da assembleia Rui Viçoso solicitou o uso da palavra em complemento à sua intervenção acerca do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, referindo que a Câmara Municipal tem de fazer o normativo da mitigação para quando for apresentado um projeto de construção no concelho, ter a liberdade para aplicar a lei e, simultaneamente, favorecer o munícipe, ao que o Sr. Presidente da Câmara respondeu que enquanto não houver um plano legal que preveja essas exceções, não poderão ir contra a lei. -----

----- O membro da assembleia Augusto António referiu que apesar de reconhecer os benefícios dos LED'S, espera que a sua implementação seja concertada com os responsáveis legais das várias freguesias, na medida em que existem, também, alguns malefícios associados à sua utilização. -----

----- Passou-se à Ordem do Dia, nomeadamente à alínea a) da Ordem de Trabalhos: "Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de dezembro", tendo o Sr. Presidente baseado a sua comunicação no ofício nº 643 datado de 23 de setembro de 2019, o qual se dá aqui como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata. Não havendo inscrições para este ponto, passou-se de imediato à alínea b) da Ordem do Dia: "Alteração ao Regulamento Municipal para a Concessão de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior". -----

----- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que se trata de uma proposta de alteração ao Regulamento de modo a criar mais um escalão, a fim de abranger um maior número de estudantes e incentivá-los a continuar a trabalhar. -----

----- O membro da assembleia Cristina Guerra referiu que a Educação é a área que eleva o patamar social de um indivíduo e, nessa medida, congratulou-se com a atribuição de bolsas de estudo, questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre qual o montante cabimentado para o efeito e qual o universo de estudantes abrangido. Constatou, também, que a atribuição das bolsas será em função do salário mínimo nacional, sendo que o primeiro escalão será de quinze por cento e o último escalão de dois por cento, o que corresponderá a cerca de noventa euros e doze euros, respetivamente, e na medida em que esta bolsa poderá ser determinante para muitos alunos do concelho, estamos a falar de quantias ridículas. A concluir referiu que a ideia é excelente, mas gostaria que fizessem um pouco melhor. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que a atribuição das bolsas de estudo foi uma ideia implementada por este executivo, para a qual foi cabimentada a quantia de doze mil euros; reconheceu que o valor é reduzido, mas nos próximos anos estarão disponíveis para fazer um maior esforço financeiro

no sentido de aumentar o valor das bolsas. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia colocou, de seguida, o assunto à votação tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade. -----

----- Passou-se de seguida à alínea c) da Ordem do Dia: "Proposta de Aplicação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem". -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que iria falar desta e das alíneas seguintes em simultâneo, uma vez que estão relacionadas. Referiu, também, que se pensou na possibilidade de reduzir, pelo menos, a taxa de IMI como medida de incentivo à fixação de pessoas; no entanto, a Câmara Municipal foi alvo de uma auditoria por parte da Inspeção Geral das Finanças e a primeira coisa que questionaram foi se estavam a cumprir o Plano de Apoio Municipal, nomeadamente a maximização das taxas, porque caso não estivessem incorreriam em responsabilidade financeira. Assim sendo, o executivo propõe à Assembleia Municipal a maximização de todas as taxas. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que as alíneas c), d), e), f) e g) estão estritamente relacionadas e, por conseguinte, os senhores membros da assembleia poderão intervir acerca das mesmas em simultâneo, caso assim o desejem, apesar da votação ser feita em separado. -----

----- Interveio o membro da assembleia Artur Oliveira referindo que a maximização das taxas desfavorece financeiramente a situação da população fornense que, comparativamente aos concelhos limítrofes, paga mais IMI e mais IRS; acrescentou que o que está em causa não é o passado, mas criar uma estratégia junto das entidades competentes, nomeadamente do FAM, no sentido de obter um parecer para contrariar esta situação, uma vez que o Orçamento de Estado permite em várias áreas reverter o que está regulado em termos de compromissos. A concluir, relembrou que no passado, arcando com as consequências que daí poderiam advir, reduziram a taxa de IMI, contrariando o Plano de Reequilíbrio Financeiro, uma vez que não é com a maximização das taxas que conseguiremos fixar pessoas nem captar investimento. -----

----- Seguiu-se o membro da assembleia Manuel Gonçalves referindo que concorda em quase tudo o que foi dito pelo seu antecessor no uso da palavra, à exceção da referência que fez ao passado, que não pode ser declinado, na medida em que não é certamente vontade deste executivo a maximização das taxas. Acrescentou que a sua vontade seria partir para a luta, mas a Lei é para ser cumprida, apesar de o fazer com tristeza e, nesse sentido, lançou um repto ao Sr. Presidente da Câmara e a todos os membros da Assembleia para que se fizesse chegar esta tristeza e esta indignação às entidades competentes, nomeadamente à Inspeção Geral de Finanças, à Direção do FAM e ao Governo. -----

----- O membro da assembleia José Aurélio referiu que à medida que o tempo passa se revê cada vez mais no passado e menos no presente, uma vez que no passado houve endividamento, mas houve obras, e no presente não há endividamento, mas também não há obras, mas sim um milhão e duzentos mil euros em despesas de investimento direcionados para festas. -----

----- Há uns tempos, um membro da assembleia referiu que a maior obra deste executivo foi a

restruturação; a reestruturação veio no seguimento de uma legislação a que todos os Municípios endividados se candidataram. Ainda relativamente à questão das taxas, referiu que deveriam solicitar os serviços de um jurista na área, no sentido de encontrar uma abertura, na medida em que não se pode captar investimento com as condições que temos atualmente, dando o exemplo de um aviário que considerou instalar-se em Fornos de Algodres, mas não o fez precisamente por causa dos impostos, optando por Aguiar da Beira. Acrescentou que apesar de a Câmara ter tantos funcionários, as infraestruturas estão a degradar-se, as valetas estão por limpar e a vila está uma miséria. -----

----- A concluir referiu que temos de canalizar os poucos recursos financeiros que temos para o que é essencial para o concelho e para que traga retorno em termos de investimento. -----

----- Usou da palavra o membro da assembleia Luís Ginja referindo que relativamente às taxas, todos gostariam de as minimizar; no entanto, de momento não é permitido e os entraves são grandes. Disse, também, que compreende que não queiram falar no passado, mas este não pode ser escamoteado porque senão não teremos futuro. Reconheceu que não estamos bem, mas acredita que o futuro será melhor e que a visão e opções políticas do executivo devem ser respeitadas, concordemos ou não, porque foram sufragados para o efeito. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que a Câmara Municipal do distrito da Guarda em que o rácio de trabalhadores por habitante é menor, é a de Fornos de Algodres e o mesmo acontece no que diz respeito aos assessores políticos. Relativamente à maximização das taxas referiu que não o faz de ânimo leve. No entanto, há muitas condicionantes, exemplificando com o caso da Biblioteca Municipal, na medida em que, para obter parecer favorável do FAM para alterar o Regulamento, terão de começar a cobrar taxas aos utilizadores. Referiu, ainda, que concorda com a sugestão do membro da assembleia José Aurélio acerca da contratação de um jurista, disponibilizando-se para encetar uma luta no sentido de fazer chegar à tutela o descontentamento e a indignação acerca desta matéria. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou as alíneas à votação: ---

----- c) Proposta de Aplicação da Taxa Municipal de Direito de Passagem. Posto o assunto a votação foi o mesmo aprovado por maioria, com nove abstenções. -----

----- d) Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis. Posto o assunto a votação foi o mesmo aprovado por maioria, com cinco votos contra e quatro abstenções. -----

----- e) Lançamento da Derrama sobre o Lucro Tributável. Posto o assunto a votação foi o mesmo aprovado por maioria, com cinco votos contra e quatro abstenções. -----

----- f) Atualização das Taxas Municipais de acordo com a taxa de inflação verificada nos últimos 12 meses. Posto o assunto a votação foi o mesmo aprovado por maioria, com dois votos contra e seis abstenções. -----

----- g) Aprovação da participação variável no IRS. Posto o assunto a votação foi o mesmo aprovado por maioria, com quatro abstenções. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia sugeriu que passassem de imediato à alínea i) da Ordem de

Trabalhos, ficando para depois a discussão da alínea h) uma vez que é mais complexa, tendo obtido a aprovação dos presentes. -----

----- Passou-se, por conseguinte, à alínea i) da Ordem de Trabalhos: "Aprovação da Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Transporte de Passageiros". ----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que houve uma deliberação de Câmara e Assembleia Municipal no sentido de transferir a competência dos transportes para a CIMBSE, que ficou de fazer um concurso internacional para todos os transportes; no entanto, houve Municípios que não entregaram os dados, o que inviabilizou o concurso. Nesta medida, e uma vez que a partir do dia oito de dezembro todas as competências passarão para as Comunidades Intermunicipais, as transportadoras deixarão de ter licença e, assim sendo, será necessário que cada Município aloque esta competência, para que não haja descontinuidade do serviço às populações. -----

----- Não havendo inscrições acerca deste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia colocou o assunto à votação, tendo sido o mesmo aprovado por maioria, com oito abstenções. -----

----- Passou-se de seguida à alínea h) da Ordem do Dia: "Deliberações ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto". -----

----- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a descentralização de competências surge de uma negociação entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo, não havendo da parte deste qualquer imposição, e todos os concelhos têm oportunidade de se pronunciar acerca de cada competência. Referiu, ainda, que o executivo já se pronunciou acerca de algumas competências e que a competência referente ao Património já está a gerar lucro, na medida em que na próxima reunião de Câmara já estará em discussão o protocolo referente à Casa dos Magistrados. Acrescentou que terão de se pronunciar até ao final de setembro. Assim, as deliberações do executivo relativamente às competências aplicáveis aos Municípios foram as seguintes: -----

----- Justiça – não aceitar; -----

----- Estacionamento Público – não aceitar; -----

----- Proteção Saúde Animal – já foi revogada pela Assembleia da República, ou seja, já não é delegável;

----- Transportes em Vias Navegáveis Interiores – não aceitar; -----

----- Áreas Portuárias – não aceitar; -----

----- No tocante à competência da Educação, o Sr. Presidente da Câmara referiu que será a última a ser analisada, na medida em que gera sempre mais discussão. -----

----- Relativamente às competências aplicáveis às Comunidades Intermunicipais, informou que se houver uma Câmara que decida não aceitar alguma destas competências, irá inviabilizar qualquer deliberação tomada pela Assembleia Intermunicipal, deste modo, o executivo deliberou o seguinte: -----

----- Decreto-Lei n.º 101/2018 – aceitar; -----

----- Decreto-Lei n.º 102/2018 – aceitar; -----

----- Decreto-Lei n.º 21/2019 – aceitar; -----

----- Decreto-Lei n.º 58/2019 – aceitar. -----

----- Quanto às competências aplicáveis às freguesias, ao que sabe, já houve freguesias que se pronunciaram no sentido de não aceitar, e a deliberação do executivo vai, também, nessa orientação; acrescentou que na preparação do orçamento do próximo ano desenharam um documento com uma comparticipação financeira maior para cada freguesia e com a alteração de alguns critérios, nomeadamente o critério das áreas, de modo que, quando aceitarem a competência para o ano de dois mil e vinte e um, haja um fio condutor para que nenhuma freguesia fique prejudicada. -----

----- Por fim, relativamente à competência da Educação referiu que o Município deliberou aceitar, na medida em que os funcionários do Agrupamento de Escolas só poderão prestar serviço na escola onde estão colocados e, ainda, porque é conhecedor das dificuldades do Agrupamento em suprir a falta de auxiliares, tendo, por vezes, a Câmara de colmatar essas lacunas. Assim, e uma vez que no ano letivo dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois, o Município terá de aceitar esta competência, deliberaram nesse sentido. -----

----- O membro da assembleia Maria João Castanheira manifestou o seu descontentamento na medida em que não veio preparada para este ponto. Referiu que enviou um ofício a manifestar a vontade da freguesia da Matança em não aceitar a delegação de competências para dois mil e dezanove, explicando os motivos da sua posição e, nessa mesma data, questionou se iriam aceitar as competências para dois mil e vinte, tendo o Sr. Presidente da Câmara respondido afirmativamente. Deste modo, enviou um ofício a solicitar uma reunião sobre o assunto, mas não obteve resposta. Acrescentou que lhe foi dada uma informação que ela transmitiu à Assembleia de Freguesia e, posteriormente, à DGAL e que agora está a ser contradita. Disse, ainda, que uma negociação implica a participação de duas partes e, nessa medida, estão a apresentar um projeto que vai além dos acordos de execução sem o conhecimento de algumas Juntas de Freguesia. -----

----- O membro da assembleia José Aurélio referiu que concorda com o que foi dito pela sua antecessora no uso da palavra, referindo, também, que estranha o facto de a Câmara Municipal ter em sua posse um documento que alguns Presidentes de Junta desconhecem, acrescentando que deveriam ter reunido com todos os Presidentes de Junta, no sentido de chegarem a um consenso. Concluiu questionando o Sr. Presidente da Câmara se o tratamento com as Juntas de Freguesia é baseado na igualdade ou nas cores políticas, ou se esse tratamento é baseado na igualdade ou nas chantagens políticas. -----

----- No uso da palavra, o membro da assembleia Cristina Guerra referiu que é contra a descentralização de competências e que, futuramente, se irão arrepender desta decisão que vai empobrecer o concelho, uma vez que estão a fazer opções sem meios e sem primeiramente criarem estruturas para o efeito; referiu, também, que nem as Juntas de Freguesia nem a Câmara Municipal têm funcionários técnicos à altura de tomar decisões devidamente fundamentadas para o concelho. Em complemento e a concluir referiu que estas delegações de competências não foram pensadas para a realidade do interior do país nem para

Câmaras com a nossa dimensão e, nessa medida, irá votar contra. -----

----- O membro da assembleia Artur Oliveira solicitou esclarecimentos relativamente ao parecer do Conselho Municipal da Educação, uma vez que não lhe foi possível estar presente; questionou, também, se entendeu corretamente o que o Sr. Presidente da Câmara havia dito relativamente à competência da Educação, ou seja, que seria aceite para dois mil e vinte. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a competência da Educação será aceite para o ano letivo de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um. -----

----- Interveio o membro da assembleia Álvaro dos Santos, começando por ler a seguinte passagem do Decreto-Lei N.º 57/2019: *“Sendo as freguesias as autarquias locais cujos órgãos se encontram mais próximos dos cidadãos, o Programa do XXI Governo Constitucional preconiza a afirmação do seu papel como polos essenciais da democracia de proximidade e da igualdade no acesso aos serviços públicos, procurando, também, contribuir para o desenvolvimento das regiões mais periféricas e do interior, assim assegurando uma maior coesão territorial. Usando o processo de reorganização administrativa de Lisboa como referência, pretende-se que as freguesias exerçam competências em domínios que hoje são atribuídos apenas por delegação legal, por vezes ao sabor de estratégias políticas meramente conjunturais...”* -----

----- Ao que sabe, antes do assunto ser submetido à Assembleia Municipal, a Câmara notifica cada uma das freguesias para, no prazo de dez dias úteis se pronunciarem sobre a sua pretensão; a proposta que a Câmara Municipal apresentará à Assembleia Municipal, irá acompanhada do parecer de cada Junta de Freguesia, as quais terão um prazo de dez dias úteis para se pronunciarem. -----

----- Referiu, também, que na Assembleia Municipal de trinta de junho, tendo sido questionado pelo membro da assembleia João Carlos Felício acerca da posição da Câmara Municipal relativamente ao Decreto-Lei n.º57/2019 de 30 de abril, o Sr. Presidente da Câmara referiu que: *“... as competências são das Juntas de Freguesia, tendo estas que se pronunciar até final do mês; caso alguma Junta pretenda aceitar as competências, será aberto um período negocial com a Câmara, na medida em que será necessário proceder a uma revisão orçamental, uma vez que não há nenhuma rubrica para o efeito”*. -----

----- Nesse mesmo dia, na Assembleia de Freguesia de Figueiró da Granja deliberaram no sentido de aceitar, uma vez que das treze competências aplicáveis às Juntas de Freguesia, Figueiró da Granja já assumiu sete, nomeadamente a gestão e manutenção dos espaços verdes, a limpeza das vias e espaços públicos, a manutenção e reparação do mobiliário urbano, reparações nos estabelecimentos de ensino e manutenção dos espaços envolventes, utilização e ocupação da via pública. -----

----- A concluir, solicitou esclarecimentos acerca dos valores dos acordos de execução, uma vez que o Sr. Presidente da Câmara referiu, ali, que iriam aumentar esses valores, o que contradiz o teor do ofício enviado à Junta de Freguesia de Figueiró da Granja no dia dois de setembro do corrente ano que diz: *“... o Município de Fornos de Algodres terá para o ano de 2020, disponível os mesmos valores relativos aos acordos de execução anteriormente assinados.”* -----

----- Interveio o membro da assembleia Rui Viçoso parabenizando a Junta de Freguesia de Figueiró da Granja pelas tarefas que executa apesar da escassez de meios, acrescentando que estranhou o facto de a Câmara Municipal não ter aceitado estas competências. Disse, ainda, que a Bancada do PSD tem insistido na necessidade de aumentar os valores das participações às Juntas de Freguesia e de diminuir os apoios dados aos Bombeiros e ao Futebol. Referiu, também, que a Assembleia é um órgão fiscalizador que tem a competência de questionar as decisões políticas da Câmara Municipal, realçando o exemplo da nomeação do adjunto do Sr. Presidente da Câmara, a qual ele justificou como uma opção política, questionando se também a justifica com o trabalho que ele faz. -----

----- Seguiu-se o membro da assembleia Manuel Gonçalves referindo que a Associação Nacional de Municípios se deslumbrou com a transferência de competências, porque se há algumas perfeitamente resolúveis, outras há mais complexas, como é o caso da Educação. Acrescentou que já fez parte de sindicatos na defesa do pessoal não docente e, neste momento, colabora com uma empresa na área da administração escolar; nessa medida, o seu voto iria no sentido da não aceitação. Contudo, atendendo a que as Câmaras já apoiam as escolas em diversas atividades, irá alegar conflito de interesses e no momento da votação ausentar-se-á da sala. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara começou por referir que não há qualquer tipo de discriminação relativamente às Juntas de Freguesia; deu razão à Presidente da Junta de Freguesia da Matança, Sra. Maria João Castanheira,; no entanto, houve alguns incidentes que levaram à não aceitação destas competências por parte da Câmara Municipal. Referiu, também, que foi ali falado num documento que não foi dado a conhecer às Juntas de Freguesia, mas isso não corresponde à verdade, uma vez que o referido documento ainda está a ser trabalhado, no sentido de reforçar os valores dos acordos de execução para o ano de dois mil e vinte, porque todas as juntas sem exceção têm cumprido o seu papel e, por isso, o critério da área não é equitativo. -----

----- A finalizar, o Sr. Presidente esclareceu que houve um lapso na minuta da ata de reunião de Câmara, porque aquando da votação da competência da Educação, a Sra. Vereadora Maria Joaquina Domingues alegou conflito de interesses e ausentou-se da sala. -----

----- Relativamente ao Conselho Municipal da Educação informou que não deram parecer ao documento e entenderam que fosse criada uma Comissão de Acompanhamento para seguir o processo. -----

----- De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a alínea h) da Ordem do Dia à votação. Relativamente às competências aplicáveis ao Município, verificaram-se as seguintes deliberações: -----

----- Justiça – aprovada por unanimidade a não aceitação; -----

----- Habitação - aprovada por unanimidade a não aceitação; -----

----- Estacionamento Público - aprovada por unanimidade a não aceitação; -----

----- Proteção Saúde Animal - aprovada por unanimidade a não aceitação; -----

----- Transportes por Vias Navegáveis - aprovada por unanimidade a não aceitação; -----

----- Áreas Portuárias - aprovada por unanimidade a não aceitação; -----

----- Educação – aprovada por maioria, com oito abstenções e um voto contra. -----

----- De referir que na votação deste ponto, o membro da assembleia Manuel Gonçalves se ausentou da sala. -----

----- Relativamente às competências aplicáveis às Entidades Intermunicipais, verificaram-se as seguintes deliberações: -----

----- Justiça – aprovada por maioria, com seis abstenções e um voto contra, aceitar; -----

----- Fundos Europeus e Captação de Investimento- aprovada por maioria, com seis abstenções e um voto contra, aceitar; -----

----- Educação – aprovada por maioria, com seis abstenções e um voto contra, aceitar; -----

----- Transporte em Vias Navegáveis Interiores - aprovada por maioria, com seis abstenções e um voto contra, aceitar; -----

----- Relativamente às competências aplicáveis às Freguesias, deliberou-se por maioria não aceitar, com sete votos contra e duas abstenções. -----

----- Passou-se ao ponto três da Ordem de Trabalhos: “Outros Assuntos de Interesse Para o Concelho”. -----

----- As intervenções sobre ponto começaram com o membro da assembleia João Carlos Felício referindo que a situação do concelho se mantém, ou seja, impostos no máximo e investimento quase inexistente; acrescentou que é formense porque vive em Fornos há mais de vinte e cinco anos e os seus filhos já cá nasceram, mas chegou à conclusão de que após a sua formação, não terão a possibilidade de viver na sua terra porque esta não lhes oferece qualquer possibilidade de emprego. A concluir, referiu que foi ali dito pelo membro da assembleia Luís Ginja, que as pessoas na rua andam a rir-se; o que é certo é que há cada vez menos pessoas na rua e que a ele, não lhe apetece rir perante uma terra moribunda que não oferece oportunidades a ninguém. -----

----- Seguiu-se a intervenção do membro da assembleia Artur Oliveira, referindo que deve haver sempre uma relação causa/efeito entre endividamento e investimento. Assim, não o envergonha: a requalificação do Edifício dos Paços do Concelho, o Centro Cultural, o Mercado Municipal, o Hotel de Vila Ruiva, as Infraestruturas Rodoviárias, a Biblioteca Municipal, o Saneamento e Abastecimento de Água em todas as freguesias, o Ordenamento das Escolas e da Central de Camionagem, o que significa que este é o expoente máximo da descentralização que foi operada no passado e que teve um efeito positivo no desenvolvimento do Município e das Freguesias. Acrescentou que sempre defendeu estes aspetos positivos, apesar de terem sido mal tratados na comunicação social. -----

----- Uma vez que está em fase de preparação o Orçamento para dois mil e vinte, reiterou o que havia dito em assembleias anteriores acerca do reordenamento da margem direita do Rio Mondego, sugerindo que essa requalificação fosse feita de uma só vez, ou em três fases, uma vez que estão a perder uma oportunidade de criar um espaço de lazer, cabendo ao executivo municipal conseguir recursos financeiros ou programas para o efeito. A concluir referiu que devem unir esforços e encarar o futuro de uma forma positiva. -----

----- O membro da assembleia José Aurélio referiu que o Sr. Presidente da Câmara havia dito que não avançaram com a substituição da iluminação por LED'S porque o investimento rondava os duzentos mil euros; nessa medida, questionou se foi feito algum estudo sobre a poupança que daí adviria, uma vez que seria compensadora. Prosseguiu, lamentando que o FAM da mesma forma que exige o cumprimento rigoroso das receitas, não o faça, também, relativamente às despesas; assim, fez um apelo para que contratassem um jurista competente para tentar resolver este problema, o que contribuiria, por exemplo, para a fixação de pessoas, para a requalificação das casas ou para o investimento industrial. -----

----- Usou da palavra o membro da assembleia Rui Viçoso abordando a questão da Quinta das Rosas, um dos poucos sítios que alia a existência de plantas autóctones e vestígios arqueológicos, referindo que já havia sugerido que falassem com o proprietário, com o objetivo de arranjamem um conjunto de interesses que levassem à preservação das escavações e, nessa media, questionou o executivo se já foram efetuadas diligências nesse sentido. -----

----- Prosseguiu referindo que numa sessão anterior havia lançado o repto ao Sr. Presidente da Câmara para a construção de um passadiço no Rio Mondego, tendo este respondido que, para além de não haver financiamento para tal, estava fora de moda; deste modo, fez esse apelo ao Sr. Vereador com o Pelouro do Ambiente, salientando que seria um investimento estruturante para o concelho e que o Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos subsidiou um passadiço no Algarve. ----

----- O membro da assembleia Cristina Guerra referiu que, no tocante aos impostos, não se pronunciou porque sempre teve uma postura legalista: no entanto, compreende que é um entrave ao desenvolvimento do concelho e, nessa medida, disponibilizou-se para participar caso queiram prosseguir com a ideia de manifestar a indignação da Assembleia. Acrescentou que estranha e não compreende porque é que o FAM não se pronuncia favoravelmente relativamente a esta questão, uma vez que permitiu a contratação dos precários, aumentando, assim, a carga salarial. -----

----- A concluir referiu que ao ler as atas da Câmara Municipal, verificou que o Sr. Vereador do Ambiente andou a percorrer os fontanários do concelho juntamente com os respetivos Presidentes de Junta, no sentido de elaborar um plano para garantir e melhorar a qualidade da água e, nessa medida, questionou o que tem sido feito relativamente a essa questão, uma vez que, ao que sabe, nalguns fontanários a água continua imprópria. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que, relativamente à questão dos fontanários, alguns casos estão já a ser resolvidos, contudo, é um trabalho complicado na medida em que, por vezes, envolve particulares, mas irão continuar a trabalhar nesse sentido. -----

----- Relativamente aos impostos, referiu que atualmente a Direção do FAM ainda não está devidamente constituída devido ao falecimento de um dos elementos mas, logo que possível, os deputados da Assembleia Municipal e os Partidos Políticos unirão esforços no sentido de reverter esta situação para o próximo orçamento. -----

----- No que concerne à intervenção do membro da assembleia Artur Oliveira, o Sr. Presidente referiu

que como vereador durante alguns anos é natural que se orgulhe das obras realizadas no concelho, contudo, não será motivo de orgulho o facto de todos os concelhos limítrofes terem realizado essas obras sem contraírem dívida. -----

----- Relativamente à questão da eficiência energética explicou que os duzentos mil euros teriam de ser repostos na totalidade, o que, de acordo com estudos efetuados por várias empresas, não seria rentável financeiramente, face ao que se pouparia na fatura. -----

----- Em relação à intervenção do membro João Carlos Felício, o Sr. Presidente respondeu que já no seu tempo assim era porque também não teve oportunidade de emprego, talvez por ser de cor partidária diferente do executivo em funções. -----

----- O membro da assembleia João Carlos Felício referiu que lhe custa saber que há concelhos mais interiores e sem uma situação tão privilegiada como a nossa, que continuam a progredir, ao que o Sr. Presidente retorquiu que também lhe custa ter de pagar cerca de um milhão e duzentos mil euros de dívida e que, desde que tomou posse, em nada contribuiu para o aumento da mesma. -----

----- Relativamente à Quinta das Rosas já dialogaram com o proprietário no sentido de saber quais as suas intenções relativamente a esta matéria. No que concerne aos passadiços, referiu que os Programas Operacionais do Algarve são diferentes dos do Centro do País, e que os do Centro não têm nenhum eixo de financiamento que permita ao Município realizar essa obra. A concluir referiu que a Câmara Municipal interveio nas áreas onde lhe foi possível intervir e que têm feito várias candidaturas relativamente às quais ainda não obtiveram resposta da CCDR.

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a aprovação em minuta das deliberações tomadas, tendo obtido a unanimidade dos presentes; depois de lida, a referida minuta foi aprovada por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. Estiveram ausentes aquando a aprovação da minuta, os membros da assembleia José Aurélio Marques Veiga, Fernando Carlos da Costa Melo e José Joaquim dos Santos Nunes. -----

----- Passou-se de seguida ao último ponto da Ordem do Dia: "Intervenção do Público". Solicitou o uso da palavra o Sr. Marco Ferreira dos Santos, que fez chegar antecipadamente à Mesa da Assembleia um requerimento, o qual se dá aqui como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata, onde referia pretender intervir acerca dos seguintes assuntos: -----

----- 1 – Se a nomeação do Chefe de Divisão Américo Domingues cumpre os requisitos legais; -----

----- 2 – Ponto de situação da ligação da rede de esgotos do ERPI à estrutura residencial para pessoas idosas; -----

----- 3 – Ponto de situação sobre averiguação do fornecimento de refeições escolares à escola de Figueiró da Granja; -----

----- 4 – Desenvolvimento da atribuição da Aldeia de Montanha a Figueiró e a Algodres. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que só há duas Aldeias de Montanha, Figueiró da Granja e Algodres, e que quando houver financiamento, este será canalizado para estas duas freguesias. -----

----- Relativamente às refeições escolares informou que a avaliação que fizeram foi positiva, não tem havido reclamações, o processo está a decorrer dentro da normalidade e, para além disso, abriram novo concurso ao qual ninguém concorreu. -----

----- No que respeita à ERPI, esclareceu que na altura o figueiroense era o proprietário do muro e, nessa medida, foi falar com ele no sentido de obter autorização para atravessar a propriedade, caso contrário, terão de estudar outra solução. -----

----- Quanto à questão do Chefe de Divisão referiu que a pessoa que fez essa observação não o tenha feito diretamente ao Presidente da Câmara na devida altura. Referiu, ainda, que ele sempre foi fiel ao partido que o elegeu, ao contrário dessas pessoas. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O Presidente 

O Primeiro Secretário 

O Segundo Secretário 